

# Brasília-DF



**DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)**  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## E o MDB do DF, hein?

O presidente do partido, deputado Baleia Rossi (SP), tem dito a amigos que a Executiva Nacional caminhará no sentido de pacificar seus integrantes no Distrito Federal. Hoje, essa pacificação seria mais sedimentada com o apoio à candidatura da governadora Celina Leão (PP) à reeleição. Porém, nada disso será definido agora.

## Veja bem

O MDB não quer saber de ter que custear mais uma candidatura de governador. A prioridade aqui ainda é a eleição de deputados federais e de Ibaneis Rocha senador. Porém, muita gente diz que é preciso dar tempo ao tempo para que se saiba tudo sobre a relação BRB-Master. Assim como no Rio de Janeiro, onde Cláudio Castro foi obrigado a sair de cena para se defender, é necessário esperar para ver se algo semelhante ocorrerá no DF com os candidatos aos mais variados cargos.

## Subiu o sarrafo para Vorcaro

A decisão da Justiça das Bahamas, que reconheceu a liquidação do Banco Master, deixa o ex-banqueiro Daniel Vorcaro um pouquinho mais distante da delação premiada. Até aqui, o principal ponto atrativo do acordo estava calcado na devolução de dinheiro. Com as autoridades brasileiras e a equipe de liquidação do banco podendo correr atrás dos recursos lá fora, oferecer esses recursos diminui de importância.

## "Vamos aprovar"

Senadores ligados ao agronegócio afirmam que votam hoje a securitização das dívidas dos produtores rurais, com ou sem acordo. Em conversas reservadas, afirmam ter votos suficientes para aprová-la no Senado. E mais: derrubam um possível veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Esse foi, aliás, um dos assuntos comentados nos bastidores da festa junina da Frente Parlamentar do Agro.

# Senado em dificuldades para segurar a 6 x 1

A contar pelo número de senadores que deseja aprovar o fim da escala 6 x 1, aqueles que pregam esperar mais para apreciar o texto terão problemas em fazer valer suas vontades. Muitos independentes já disseram que votam a favor e, para completar, as negociações para nomear logo um relator seguem quentes. Até aqui, o nome do líder do PSD no Senado, Omar Aziz (AM), tem sido considerado forte entre alguns parlamentares para relatar essa Proposta de Emenda Constitucional (PEC). Aziz chegou a se reunir com o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Otto Alencar (PSD-

BA), e tinha uma reunião marcada com o presidente Davi Alcolumbre (União-AP).



**É ganha-ganha para Aziz/** O senador pelo Amazonas ganharia muito com a relatoria, uma vez que é pré-candidato ao governo do estado e amarraria os votos da bancada do partido de Gilberto Kassab em favor da proposta — diferentemente do que aconteceu na votação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF).



## CURTIDAS

**Pauta de todos/** Com o fim gradual dos ICMS e ISS até 2032, quando a Reforma Tributária e as leis vinculadas a ela forem implementadas, deputados tentam construir apoio para aprovar mais uma PEC sobre o tema. A ideia é permitir que estados e municípios atualizem suas legislações de incentivo à cultura e ao esporte.

**E para todos/** Atualmente, essas duas áreas recebem uma parte do ICMS e do ISS em várias unidades da Federação. E se não houver previsão legal para que isso seja mantido no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), essa provisão acaba. A PEC conta com 171 assinaturas de partidos, como PT, PCdoB, PSol, PSD, PSB, PDT, Novo, Republicanos, PP, União Brasil e PL.

Minervino Júnior/CB/D.A Press



**TCU e o Master/** No dia 17, o ministro Augusto Nardes (foto), do Tribunal de Contas da União (TCU), participa do tradicional "Café com Autoridade", promovido pela Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig). Falará sobre governança e relações de poder em tempos de crise. O debate deve abordar o caso Master, marcado por problemas de governança, corrupção e da relação promiscua com o BRB.

**Rodada de presidenciais/** A Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) pretende ouvir os pré-candidatos à Presidência nas próximas semanas. O primeiro será o ex-governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD), que estará no almoço da entidade no dia 16. O ex-governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), ainda está acertando a data. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o presidente Lula também foram convidados, mas ainda não confirmaram presença.



# Pedido de vista e crítica de Toffoli

Julgamento de liminar que suspendeu divulgação de pesquisa eleitoral é paralisado. Ministro defende que sondagens devem ser livres

» VANILSON OLIVEIRA

O pedido de vista da ministra Estela Aranha paralisou, ontem, o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que analisa a suspensão da pesquisa do instituto AtlasIntel, que apontava queda do pré-candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ) nas intenções de voto. Dessa forma, permanece em vigor a decisão do presidente da Corte, ministro Nunes Marques. Ainda não há data para a retomada do julgamento.

A análise do caso, porém, foi duramente criticada pelo ministro Dias Toffoli. Ele questionou o julgamento, dizendo que as pesquisas deveriam ter livre-arbítrio. "Tenho dito sempre, especialmente ao mundo político e aos parlamentares, que quanto mais proibições se colocam na lei, mais prejudica o eleitor. Eu deixaria as pesquisas livres se fosse parlamentar", afirmou.

Toffoli ressaltou que cabe ao cidadão decidir e acompanhar quais institutos de pesquisa levar a sério. O ministro frisou que o eleitor sabe identificar as sondagens de intenção de voto mais confiáveis e as de menor credibilidade. "O povo decide quais são os institutos sérios. Todos aqui temos em mente aqueles que sabemos serem os mais confiáveis", salientou.

Para o ministro, o julgamento da liminar dada por Nunes Marques pode servir de referência para futuras decisões da Justiça Eleitoral. Segundo ele, o desafio da Corte é estabelecer parâmetros que possam ser aplicados de forma uniforme a todos os candidatos e institutos de pesquisa — sobretudo no que se refere ao uso de vídeos e áudios

como estímulos aos entrevistados durante a coleta de dados.

"Esta pesquisa já é passado. O que decidiremos aqui é o futuro: a pesquisa pode tudo ou não pode nada? Não podemos decidir de uma forma para um candidato e de outra forma para outro", ressaltou.

A ação que suspendeu a pesquisa que aponta queda de cinco pontos percentuais de Flávio Bolsonaro na intenção de voto foi apresentada pelo PL. Isso porque a sondagem da AtlasIntel incluía um áudio do filho 01 do ex-presidente Jair Bolsonaro enviado ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. Nele, o pré-candidato cobrava R\$ 61 milhões para dar continuidade à produção do filme *Dark Horse*, uma cinebiografia do pai.

O advogado da AtlasIntel, Gualter Rafael Maciel Bezerra, afirmou que o instituto realizou pesquisas seguindo o mesmo padrão de perguntas. E lembrou a sondagem feita no caso do desfile da escola de samba Acadêmicos de Niterói, no carnaval carioca deste ano, que homenageou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mas, para o PL, tal formato adotado pelo AtlasIntel influencia a percepção dos entrevistados. A advogada do partido, Maria Cláudia Bucchianeri, criticou a estrutura da pesquisa, pois, segundo ela, o levantamento feito pela internet permitia que o entrevistado relesse as perguntas várias vezes, o que não acontece em uma sondagem realizada por telefone, por exemplo.

"O que está escrito embaixo contamina o que está em cima e vice-versa — ao contrário do telefone, onde você não pode desdizer", disse.

Luiz Roberto/TSE



**Tenho dito sempre que quanto mais proibições se colocam na lei, mais prejudica o eleitor. Eu deixaria as pesquisas livres se fosse parlamentar. O povo decide quais são os institutos sérios. Todos aqui temos em mente aqueles que sabemos serem os mais confiáveis"**

Ministro Dias Toffoli

## Ministra adverte para efeito da IA sobre o eleitor

» IAGO MAC CORD

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), alertou ontem que o avanço da inteligência artificial (IA) e o abuso tecnológico ameaçam a autonomia dos eleitores e a sobrevivência da democracia. Na abertura da 6ª edição do Congresso Brasileiro de Internet, realizado em Brasília, ela advertiu que as ferramentas de IA conseguem simular cenários verossímeis, porém falsos, e tornaram-se um fator de desestabilização que altera

o comportamento das pessoas.

"Isso tudo feito por máquinas a partir das quais temos a mudança de comportamentos em detrimento das liberdades cívicas. E isso é gravíssimo e inédito", salientou.

Ela detalhou o conceito da "Guerra dos Cinco Vs" — que significa volume de dados; variedade de formatos; velocidade de propagação; viralidade nas redes; e verossimilhança dos conteúdos — para sintetizar o desafio da Justiça Eleitoral contra a desinformação. Segundo Cármen Lúcia, a rapidez da disseminação digital impede

que ações judiciais sejam tomadas a tempo. Isso porque assim que a pessoa prejudicada toma ciência da mentira e aciona a Justiça, o conteúdo falso se espalhou de forma incontrolável.

A magistrada também chamou a atenção para o impacto da desinformação na participação feminina na política. Ela classifica os ataques virtuais às candidatas como cruéis e sexistas. Cármen observou que ofensas à honra e à vida privada são utilizadas para afastar as mulheres dos espaços de poder.

"A violência, a virulência e a

crueza praticadas contra candidatas mulheres, em geral, é muito maior, porque é desmoralizada, sexista", lamentou.

Cármen Lúcia lembrou, porém, que o Brasil atingiu o índice de 94% de confiança popular no sistema eleitoral, patamar que passou a sofrer campanhas de descredibilização nos últimos anos. A ministra explicou que essas ações são direcionadas para desconstituir a percepção de segurança que a sociedade construiu sobre o processo eletrônico de votação, implantado em 1996.